

SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS: DIREITO DO POVO BRASILEIRO

Existem diferenças marcantes na qualidade do atendimento dos usuários que utilizam o Sistema Único de Saúde (SUS). Estas diferenças estão relacionadas ao controle social (conselhos de saúde, conferências, audiências públicas); financiamento (orçamento previsto e pago); estruturas (salas, equipamentos, mobiliário, transporte); trabalhadores (profissionais de saúde, auxiliares, atendentes, motoristas); e gestão dos serviços (secretários de saúde, diretores e coordenadores).

As diferenças na qualidade interferem no acesso e no atendimento realizado na Unidade Básica de Saúde, nas consultas, nos exames, e chegam aos serviços dos ambulatórios, maternidades e hospitais. Na mesma cidade, ou entre as cidades, é possível encontrar realidades completamente distintas. Enquanto algumas cidades dispõem de serviços do SUS com tecnologia de ponta, em outras, falta a fita métrica para a medida uterina durante o pré-natal.

Podemos descrever a palavra qualidade de muitas maneiras, mas existe um entendimento geral que costuma vir à mente. Serviço de qualidade é algo bem realizado, que atende ao que a pessoa espera e organizado, feito com amor. O propósito da qualidade é cuidar bem.

Conforme já informado em julho de 2014, na edição 212 do Jornal da Pastoral da Criança, em 2015 serão realizadas as etapas da 15ª Conferência Nacional de Saúde – evento que acontece a cada quatro anos, com o objetivo de discutir maneiras para melhorar o serviço de saúde disponibilizado aos brasileiros. Dessa vez, o tema central é a qualidade da saúde pública para cuidar bem das pessoas.

A mobilização da sociedade faz sentido se for útil para estabelecer compromissos e promover mudanças. A luta por qualidade na saúde significa que o foco do SUS é o usuário. Por isso, as entidades que prestam serviços de saúde, gestores e trabalhadores precisam ter como base os direitos dos usuários, para organizar os serviços com competência técnica, salários justos, investimentos adequados e pessoal motivado.

Leve este Boletim Rebidia para debater no Conselho de Saúde de seu município.



IMPRESSO

A organização da Conferência de Saúde

As diversas ações que dão certo no Sistema Único de Saúde (SUS) ainda são desconhecidas da população. Geralmente, os aspectos negativos chamam mais a atenção. Há destaque para os problemas da assistência, como filas nas consultas e exames, gente atendida nos corredores, falta de vagas e desvio de recursos. Estas situações são reais e milhares de pessoas ficam sem o atendimento, mais doentes, ou morrem precocemente por causa disso.

Na 14ª Conferência Nacional de Saúde, que aconteceu no final de 2011, houve um esforço para mostrar que todas as pessoas usam o SUS. Existem redes de serviços e ações de promoção da saúde, vigilância sanitária (controle e fiscalização da qualidade de produtos para o consumo humano, de portos e aeroportos), vigilância epidemiológica e controle de doenças (epidemias e endemias), imunizações (produção e vacinação), programas orientados para grupos populacionais e problemas específicos (saúde mental, saúde da criança, saúde da mulher, saúde do idoso, saúde dos trabalhadores), redução de danos, assistência e reabilitação, produção de insumos (medicamentos, equipamentos e outros), iniciativas e medidas para a educação em saúde.

Por meio da Conferência de Saúde, a população pode promover mudanças e melhorar o Sistema Único de Saúde (SUS). Um dos passos é levar o desafio ao Conselho de Saúde, para organizar a conferência de tal forma que possa ampliar e permitir a participação de todas as pessoas.

Passos para o Conselho de Saúde promover a conferência em colaboração com a Secretária de Saúde, responsável pela execução da conferência:

Aprovar uma Resolução de Convocação

O ideal é convocar a Conferência de Saúde no ano anterior à sua realização. Desta forma, tanto o Conselho de Saúde quanto o gestor da saúde se comprometem com o evento e a inclusão dos recursos financeiros no orçamento. Em casos excepcionais, devido aos

prazos para contratação de serviços, o prazo máximo para convocar uma conferência é um mês antes da realização do evento. Algumas informações na Resolução do Conselho de Saúde são a referência para publicar o decreto de convocação como: data, tema, metodologia (comissão organizadora, pré-conferências e etapas) e fonte dos recursos.

Definir a comissão organizadora

Com base na Resolução de Convocação, o Conselho define a composição paritária da comissão organizadora. Essa comissão apresenta ao Conselho a proposta de regimento da conferência, composição do comitê executivo, organização da infraestrutura, ações de mobilização e participação da sociedade.

Avaliar o evento anterior

O acompanhamento das propostas da conferência é atribuição do Conselho de Saúde. É recomendável que, anualmente, o Conselho realize um balanço para saber o impacto do evento na saúde. No momento de promover uma nova edição, é preciso avaliar como foram organizadas as conferências no passado. Com a colaboração dos integrantes da comissão organizadora anterior, encontrar as respostas para as seguintes perguntas:

- Como a sociedade, trabalhadores da saúde e prestadores de serviços foram convidados para a conferência?
- Houve adesão da população (organizações, movimentos e indivíduos)?
- O local e o tempo para a conferência foram adequados?
- Os trabalhos de grupo tiveram tempo suficiente para o debate? Foi utilizada uma metodologia participativa para os grupos? As propostas foram divididas conforme cada realidade, ou seja, propostas para o município, estado e âmbito nacional?
- O texto final da Conferência Municipal está disponível? Onde?
- Como foi a eleição de delegados para a etapa estadual da conferência?

Elaborar metodologia para a conferência

Propomos a escolha de uma metodologia participativa, que privilegie o debate em grupos, oficinas, rodas de conversa e poucas palestras. Os grupos de discussão podem ter roteiros e perguntas, com relatores para registrar a discussão.

Exemplos de questões problematizadoras:

- Como as pessoas cuidam da saúde na comunidade? Existe saneamento básico? São realizadas campanhas de prevenção de doenças?
- Que doenças são frequentes em sua comunidade e quais são as causas? O que as pessoas fazem para serem curadas?
- Como as Unidades Básicas de Saúde (UBS) organizam e realizam as ações de saúde?

Como são encaminhadas as pessoas que precisam de tratamento especializado ou internamento nos hospitais da sua região?

Exemplos de questões para construção de propostas:

- Que propostas podem melhorar a qualidade da saúde no município?
- Quais destas propostas precisam acontecer primeiro?
- Quais as causas que levaram à construção destas propostas?

A comissão organizadora pode elaborar um formulário para escrever as propostas, as causas e os encaminhamentos, para transformá-los em ações de melhoria das condições de saúde da população. Sugestão de formulário:

Propostas (soluções para melhorar a qualidade da saúde)	Causa (qual o motivo para elaborar a proposta)	Ação (solução concreta para superar a causa)	Responsáveis (pessoas, entidades, instituições)	Quando (prazos)
1				
2				

CONVIDAR A POPULAÇÃO

As conferências precisam chamar a atenção da população. Tanto podem participar representantes de movimentos, entidades e instituições, quanto pessoas com interesse na saúde. Uma estratégia de mobilização é planejar uma semana dedicada à Conferência de Saúde. Neste período, podem ser realizadas reuniões descentralizadas do Conselho de Saúde, audiências populares, atos para envolver trabalhadores e gestores da saúde e conferência locais junto às Unidades Básicas de Saúde. As atividades podem incluir outras áreas, como educação e assistência social, e grupos específicos, como jovens e idosos.

É estratégico usar os meios de comunicação para anunciar a conferência, com linguagem e conteúdo de interesse para as pessoas do município. Podem ser utilizados todos os meios de comunicação acessíveis, como murais, faixas, rádios, jornais, revistas, autofalantes e internet. E, após o evento, é necessário informar a população sobre os seus resultados.

Avanços e desafios no SUS

Avançamos na saúde pública graças à atuação de conferências e conselhos. Mas, estamos longe da saúde a que temos direito. A mortalidade infantil da população indígena, por exemplo, é duas vezes a média nacional. Faltam políticas públicas para determinados grupos de pessoas, como ribeirinhos, quilombolas e povos da floresta. A insegurança alimentar e a violência aumentaram em áreas urbanas e rurais. Somente metade da população tem coleta de esgoto e apenas um terço do esgoto é tratado. O modelo de desenvolvimento atual e o uso excessivo de agrotóxicos devastam o meio ambiente, as matas e rios.

Em 2011, os participantes da 14ª Conferência Nacional de Saúde elaboraram 345 propostas com base no tema “Todos usam o SUS. SUS na Seguridade Social, Política Pública, Patrimônio do Povo Brasileiro”. Esta conferência solicitou o compromisso dos governos para superar os seguintes desafios:

- Acesso aos serviços de saúde para todos;
- Controle social e participação da sociedade;
- Aumento de recursos para a saúde, especialmente para a atenção básica;
- Oferta de serviços públicos de qualidade;
- Plano de cargos e salários e formação dos trabalhadores para atuar na saúde.

O objetivo das conferências é avaliar o SUS e estabelecer diretrizes para a saúde. Elas apontam caminhos para os conselhos e gestores, nas três esferas de governo. A diminuição das desigualdades tem forte impacto sobre os indicadores de saúde e mortalidade.

A busca por soluções implica estabelecer um território de ações regionais de saúde, a partir do diálogo e da articulação entre os municípios. O momento atual exige a construção de estratégias colaborativas.

Os representantes de movimentos, entidades da sociedade e pessoas da comunidade estão convidados a participar das atividades da 15ª Conferência Nacional de Saúde, nas cidades do país. Juntos, podemos construir um país mais saudável.

Cultivando Água Boa

O programa Cultivando Água Boa envolve 29 municípios da Bacia do Paraná 3 (BP3). A força que move essa iniciativa é a articulação regional e a responsabilidade socioambiental que gera saúde e qualidade de vida. As ações envolvem educação ambiental, desenvolvimento regional sustentável, cultivo de peixes, plantas e conservação da bacia hidrográfica.

Saiba mais: www.cultivandoaguaboa.com.br

Apoio:

Ministério da
Saúde

Governo
Federal

Expediente:

Rebida – Rede Brasileira de Informação e Documentação sobre Infância e Adolescência
Coordenação geral: Irmit Vera Lúcia Altó, coordenadora nacional da Pastoral da Criança • Nelson Arns Neumann – coordenador adjunto da Pastoral da Criança • Elaboração: Glóvis Bouffeur – Gestor de Relações Institucionais da Pastoral da Criança e representante titular da CNBB no Conselho Nacional da Saúde • Jornalista responsável: Thais Mocolin • Diagramação: Danilo Oliveira de Araujo • Tiragem: 40 mil exemplares.